



18 de novembro de 2019

REJEITAR O PEI, NOVOTEC, INOVA E OUTRAS MEDIDAS PRIVATISTAS DO GOVERNO DORIA

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Reposição das perdas salariais.
- Abaixo o Plano "Mais Brasil" de Bolsonaro/Guedes e do Congresso nacional!

Que a Apeoesp e demais sindicatos convoquem imediatamente uma Assembleia unificada

A reforma da Previdência de Doria só poderá ser derrotada com a mobilização nas ruas

Mal foi aprovada a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes, Doria apresentou na Assembleia Legislativa sua proposta para o funcionalismo estadual. Pretende arrecadar R\$ 32 bilhões, por meio do confisco salarial e da retirada de direitos dos trabalhadores. Eis as principais medidas:

- 1) elevação da alíquota de contribuição de 11% para 14% para o SPPREV;
- 2) aumento da idade mínima para 62 e 65 anos, mulheres e homens, respectivamente;
- 3) redução do valor das aposentadorias, chegando no máximo a 60% dos salários, e para os dependentes, em caso de morte, 30%;
- 4) para o magistério, eliminará a já debilitada aposentadoria especial, pois, elevará a idade mínima para 57 e 62 anos, professoras e professores, respectivamente;
- 5) igualar as regras dos servidores estaduais com as medidas do "Plano Brasil Mais", de corte brutal de conquistas do funcionalismo e manutenção dos privilégios de juizes, promotores, militares, etc.

Como se vê, é uma reforma que visa a sacrificar a

vida do funcionalismo, que terá de trabalhar mais, contribuir com mais, e se aposentar com menos. Lembremos de que o funcionalismo municipal derrotou a proposta de Doria, no início do ano passado, com uma poderosa greve. No entanto, Bruno Covas conseguiu implementar parte da proposta, porque faltou a resistência coletiva dos servidores para barrar. Bolsonaro, Doria, Covas e outros governantes cumprem a exigência dos capitalistas, de impor as contrarreformas para sustentar o pagamento da gigantesca dívida pública.

Trata-se, portanto, de uma política centralizada dos capitalistas e seus governantes. O que significa que, para barrar, é necessário uma luta também centralizada, unitária. Está aí por que é preciso imediatamente que as direções sindicais convoquem assembleias, para que os servidores coletivamente aprovem o caminho da luta direta. A pressão aos deputados, na Assembleia Legislativa, não derrubará o plano da burguesia e seus governantes. É preciso um massivo movimento de todo o funcionalismo. Assembleia geral, imediatamente!

Doria e Rossieli querem impor a farsa da modernização da Carreira Que o governo, imediatamente, reponha as perdas salariais. Nada de trocar salário por "subsídio" (gratificação), tampouco trabalhar 40 h sem reajuste

Doria anunciou um novo Plano para o magistério, batizado de "Modernização da Carreira". Diz que será voluntário aos professores que já estão na rede, e obrigatório para os novos ingressantes. Na essência, o Plano visa a

"elevar o piso para R\$ 3.500, em 2020, e R\$4.000, em 2021, mas somente para quem trabalhar 40 h. Tanto para PEB I quanto ao PEB II". Tudo não passa de uma falácia. Devemos rejeitá-lo integralmente, porque:

- 1) a elevação do valor do piso está condicionada ao aumento do tempo de trabalho e de permanência do professor na escola. É isto que estabelece a Resolução 006, por meio do aumento dos ATPCs na

- escola. Portanto, não há nenhuma elevação salarial;
- 2) exige dedicação exclusiva. Impede, assim, o acúmulo com outras redes de ensino. Uma realidade de boa parte dos professores, em função da miséria salarial;
 - 3) divide ainda mais os professores, entre os que aceitem a tal modernização da carreira, e os que per-

- manecerem na “carreira antiga”. Mecanismo usado pelo governo para dificultar a luta unitária em defesa das condições gerais de ensino e trabalho;
- 4) mantém o congelamento salarial. Transforma os salários em subsídios ou gratificações. E retira conquistas, como quinquênios e sexta parte, para efeito de aposentadoria.

Como se vê, trata-se de um Plano para golpear ainda mais a situação miserável em que se encontra o magistério. É uma armadilha para arrancar direitos obtidos com muita luta. Reafirmamos: que a Apeoesp convoque imediatamente uma assembleia para que os professores aprovem o caminho para derrotar mais essa desgraça imposta por Doria.

REJEITAR O PEI, NOVOTEC, INOVA E OUTRAS MEDIDAS PRIVATISTAS DO GOVERNO DORIA

Nenhuma sala de aula fechada.

Redução do número de alunos, no máximo, 25 por sala. Nenhum professor desempregado ou subempregado.

Estabilidade aos professores contratados.

Algumas escolas conseguiram barrar, provisoriamente, o PEI, Novotec, Inova, etc. Em outras, os projetos de Doria serão implantados. O que significa fechamento de turnos, desemprego para uma parcela de professores, e expulsão do aluno-trabalhador. Essa situação ocorreu porque a luta foi por escola. Aí está

o erro do sindicato de não organizar o combate de forma centralizada, que implica a convocação de assembleia estadual e a luta coletiva nas ruas.

É preciso retomar nosso método de luta, que é a unidade do professorado, estudantes e pais. Para isso, são fundamentais as assembleias,

para organizar e aprovar o enfrentamento coletivo aos projetos privatizantes da educação pública. Para impedir o fechamento de salas, teremos de impor nas ruas, e por meio da greve, a redução do número de alunos por sala de aula. Para combater o desemprego, levantemos nossa bandeira de “Estabilidade”.

REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS

Não podemos mais esperar os 10,15% de reajuste salarial, obtidos por meio judicial. Doria não cumpre as decisões judiciais. A disputa na Justiça só favorece o governo. As perdas salariais são volumosas. O salário não dá para manter uma família de 4 pessoas. Uma parcela de professores está obrigada a se submeter a jornadas de trabalho estafantes, acumulando na rede municipal ou privada. E a consequência é visível: esgotamento precoce e doenças do trabalho.

É preciso retomar a luta para impor as reivindicações, entre elas, a reposição das perdas salariais. Isso significa a defesa de nossa vida. Salário e emprego são reivindicações vitais. Que Apeoesp convoque a assembleia para organizar a luta consequente em defesa do salário e do emprego.

ABAIXO O PLANO “MAIS BRASIL” DE BOLSONARO/GUEDES E DO CONGRESSO NACIONAL!

O ministro da Economia, Paulo Guedes, após a aprovação da Reforma da Previdência, entregou ao Congresso Nacional o “Plano MAIS BRASIL”, baseado em três PECs, com a justificativa de alavancar a economia e gerar empregos.

A primeira PEC, a Emergencial, corresponde ao que o governo vinha chamando de “reforma administrativa”. Estende a reforma trabalhista para o funcionalismo. Acaba com a estabilidade, permite a redução da jornada com redução salarial, possibilita o congelamento salarial, extingue os concursos e avança a terceirização nos serviços públicos. Os militares, policiais, juízes, promotores, etc. terão seus privilégios de casta assegurados. Serão atingidos trabalhadores da educação, saúde, previdência e demais servidores de base, portanto a maioria do funcionalismo. A segunda PEC, do Pacto Federativo, tem por meta subordinar os estados e municípios à disciplina fiscal determinada pelo governo federal. E a terceira, a dos Fundos Públicos, servirá para pagar parte da dívida pública.

Com essas medidas, o governo ditatorial e o Congresso Nacional atacam os explorados e, em particular, o funcionalismo público. Assim que o Plano for aprovado em nível federal, Doria imporá em São Paulo.

É dever das centrais sindicais organizarem, imediatamente, a luta nacional, para pôr abaixo mais uma contrarreforma de Bolsonaro. É preciso retomar a greve geral.